

**Processo nº:** 1104 000868/2016

**Interessado:** Controladoria Geral do Estado – Serviço de Informação ao Cidadão

**Assunto:** Lei de Acesso à Informação



## PARECER TÉCNICO

### 1 - RELATÓRIO

Tratam os autos de solicitação de acesso à informação realizada pela Sra. Rhaíssa Mayra de Andrade Araújo Lima, nos termos do art. 8º, do Decreto nº 26.320/2013, autuada sob o número de protocolo e-sic 819/2016, com as seguintes solicitações:

- “01) O ESTADO DE ALAGOAS já regulamentou a Lei nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)?
- 02) Se sim, desde a entrada em vigor da referida Lei, quantos Processos Administrativos de Responsabilização foram instaurados pela CGE/AL? E destes, quantos já foram finalizados até o presente momento?
- 03) Se a Lei ainda não foi regulamentada no âmbito estadual, que razão(ões)/motivo(s) os senhores atribuem a este fato?”

### 2 - ANÁLISE

A Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, foi regulamentada, no âmbito do Estado de Alagoas, em 6 de maio de 2016 com a publicação do Decreto Estadual nº 48/326 de 2016.

Não obstante mencionada regulamentação, até a presente data, esta Controladoria Geral do Estado não recebeu encaminhamento de nenhuma notificação dos Órgãos ou Entidades do Poder Executivo do Estado de Alagoas com relação à existência de processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica instaurado com fundamento na mencionada Lei Federal.

FIS.	08
	21

## 3 - CONCLUSÃO

"Ex positis", sugere-se o retorno dos autos à responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/CGE, para as providências no âmbito de sua competência.

Maceió, 28 de setembro de 2016

Liana Peixoto Batinga da Rocha

Liana Peixoto Batinga da Rocha

Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 103-01